

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP**

### **REQUERIMENTO N° DE 2017.**

Requer a convocação do **Senhor Fernando Coelho Filho, Ministro de Minas e Energia**, para prestar esclarecimentos acerca do tema “Descotização, Privatização e Alterações no Marco Legal do Setor Elétrico”, constantes da Consulta Pública nº 33/2017, do Ministério de Minas e Energia.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta comissão, seja convocado o Senhor Fernando Coelho Filho, Ministro de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos acerca do tema “Descotização, Privatização e Alterações no Marco Legal do Setor Elétrico”, constantes da Consulta Pública nº 33/2017, do Ministério de Minas e Energia.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O programa de reestruturação do setor elétrico, instituído pela Lei nº 12.783/2013 (inicialmente MP nº 579/2012) teve como objetivo central reduzir o custo da energia elétrica aos consumidores. Com esse marco legal, foram definidas regras que permitiram a renovação antecipada das concessões das usinas hidroelétricas, instituindo o chamado “regime de cotas” para venda de energia, distribuídas para cada concessionário.

Esse arcabouço legal propiciou implementar uma nova política de expansão da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no país, garantindo a segurança de suprimento com modicidade tarifária. Em que pese a necessidade de ajustes ao modelo, devido à dinâmica natural de um sistema complexo como o geração e fornecimento de energia, a proposta apresentada pelo Ministério de Minas e Energia, conforme explicitado na Nota Técnica nº 5, parte integrante da Consulta Pública nº 33/2017, pretende, entre outras medidas importantes, a eliminação do atual “regime de cotas”, a privatização de usinas de

geração de energia elétrica, a reestruturação dos mercados de comercialização, além de vários aspectos importantes do marco legal vigente. Conforme previsto na própria Nota Técnica do MME, estão previstos aumentos imediatos nas tarifas de energia, estimados inicialmente em até 7%.

Considerando a perspectiva dessas mudanças regulatórias e seus impactos diretos para o sistema elétrico nacional, bem como o possível aumento tarifário resultante para os consumidores de energia elétrica, gostaria de esclarecimentos sobre a proposta de alterações no marco legal e discutir alternativas que possam ser mais adequadas para o setor e para os consumidores de energia elétrica em todo o país.

Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_ de agosto de 2017.

Deputado Federal